

# Sumário

Número de notícias: 12 | Número de veículos: 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Empresa de ACM Neto recebeu R\$ 3,6 milhões .....2

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Magistrado investigado realizou 92 operações imobiliárias, diz corregedor .....4

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Antecipação de debate eleitoral trava cumprimento da agenda da Fazenda .....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

CPMI apela ao Supremo para ouvir o banqueiro .....6

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PF prende suspeito de ser operador do Careca do INSS .....8

O GLOBO - RJ - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

Flávio avança entre eleitores independentes e empata com Lula em embate no 2º turno  
.....9

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PIS e Cofins devem ser incluídos no cálculo do IR e da CSLL .....11

PORTAL R7 - NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

PEC busca reduzir custo de contratação para aumentar emprego no país, diz senador  
.....13

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Barril a US\$ 90 não assusta investidores .....15

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
ECONOMIA

Guerra cria cenário "delicado" para o agro, diz CNA .....16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Presidente paraguaio defende classificar facções como terroristas .....17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

EXPANSÃO SOB RISCO - Alta do petróleo eleva preço de passagens aéreas e pode frear  
crescimento da aviação no país .....20

# Empresa de ACM Neto recebeu R\$ 3,6 milhões

» RAFAELA GONÇALVES » GIOVANNA SFALSIN »  
RAPHAELA PEIXOTO

Em mais um episódio de conexões políticas e empresariais do Banco Master, um relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) aponta que uma empresa do ex-prefeito de Salvador e vice-presidente do União Brasil, ACM Neto, recebeu R\$ 3,6 milhões da instituição financeira e da gestora Reag Investimentos entre dezembro de 2022 e maio de 2024.

Os repasses foram destinados à A M Consultoria Ltda., empresa aberta pelo político logo após as eleições de 2022 e da qual ele é sócio ao lado da esposa. A companhia foi registrada em 28 de dezembro daquele ano, poucos meses depois do pleito.

De acordo com documento, obtido pelo O Globo, a consultoria recebeu R\$ 2,89 milhões entre junho de 2023 e maio de 2024. Desse total, R\$ 1,55 milhão foram pagos em 11 transferências realizadas pela Reag Investimentos, enquanto R\$ 1,34 milhão vieram do Banco Master, em nove repasses. Antes disso, entre março e junho de 2023, a empresa já havia recebido R\$ 703,8 mil das duas instituições.

O relatório também aponta que, no mesmo período em que os valores ingressaram na consultoria, ACM Neto realizou 14 transferências da empresa para si próprio, totalizando R\$ 4,2 milhões. No documento, o Coaf afirma que a movimentação financeira chamou atenção por destoar do porte da empresa. "Identificamos que, no período analisado, a empresa movimentou recursos expressivos, acima de sua capacidade financeira declarada" afirma.

Segundo dados da **Receita Federal**, a A M Consultoria possui capital social de R\$ 2 mil e atua, principalmente, na prestação de serviços de consultoria em gestão empresarial, além de atividades de apoio à educação.

Procurado, o ex-prefeito afirmou, em nota enviada ao Correio, que a empresa foi criada quando ele não ocupava cargo público e que, nessa condição, prestou serviços a diversos clientes, incluindo o Banco Master e a Reag Investimentos. "Isto sempre ocorreu com contratos formais, com o devido recolhimento de

impostos e trabalhos de consultoria efetivamente executados, notadamente relacionados à análise da agenda

político-econômica nacional, e materializados em diversas reuniões com o corpo técnico e jurídico dos contratantes" frisou.

ACM Neto também declarou que, à época da contratação, não havia qualquer irregularidade envolvendo as empresas contratantes e que os valores recebidos são compatíveis com os serviços prestados.

"Os honorários recebidos, os rendimentos declarados e os dividendos distribuídos são inteiramente compatíveis e congruentes, uma vez que, no mesmo período, foram prestados serviços de consultoria também a outros clientes"" destacou. "Vale frisar que tão logo cessou a prestação dos serviços, os contratos e pagamentos foram finalizados. Estou totalmente seguro em relação a estes fatos, haja vista não existir nada de errado."

O vice-presidente do União Brasil afirmou que irá recorrer ao Supremo e à Procuradoria-Geral da

República (PGR) para apurar o que classificou como "vazamento criminoso" e "distorção de informações" Ele também se colocou à disposição das autoridades para prestar esclarecimentos.

## Contratos

Os pagamentos à consultoria de ACM Neto aparecem em meio a uma série de contratos firmados pelo Banco Master e por empresas

ACM Neto afirmou que os valores foram "inteiramente compatíveis e congruentes" com os serviços prestados associadas que passaram a ser analisados por autoridades. Entre eles está um acordo com o escritório da advogada Viviane Barci de Moraes, casada com o ministro Alexandre de Moraes, do STF, que previa pagamentos de cerca de R\$ 129 milhões ao longo de três anos.

Outro contrato envolve o escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria, ligado ao governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). O acordo previa a

venda de honorários de precatórios a um fundo vinculado à mesma gestora, no valor de R\$ 38,12 milhões. Esse contrato foi firmado em maio de 2024, período em que o Banco de Brasília (BRB) já vinha adquirindo carteiras de crédito do Master, operação que posteriormente se tornou alvo de questionamentos e investigações.

Também integram a rede de consultores e advogados contratados pelo Master para atuar em temas políticos, econômicos e jurídicos o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega e o ex-ministro da Justiça Ricardo Lewandowski. A presença de ex-integrantes do primeiro escalão do governo indica a estratégia da instituição de recorrer a nomes com forte trânsito em Brasília para tratar de assuntos sensíveis.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/12/all.pdf>**

# Magistrado investigado realizou 92 operações imobiliárias, diz corregedor

**FAUSTO MACEDO FELIPE DE PAULA**

A Corregedoria Nacional de Justiça identificou 92 transações imobiliárias realizadas pelo desembargador Dirceu dos Santos, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT), suspeito de promover "leilão de sentenças" na Corte. Ele foi afastado das funções no dia 4, por decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O Estadão pediu manifestação do magistrado, mas não houve resposta.

Segundo relatório do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, a análise de informações declaradas por Dirceu mostrou a existência de "expressivo patrimônio, em montante incompatível com os rendimentos auferidos lícitamente, por meio do exercício do cargo de magistrado". Após requisição de dados ao Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, foram constatadas 92 operações imobiliárias.

O desembargador comunicou parte dos imóveis à **Receita Federal**, em suas declarações de ajuste anual do Imposto de Renda, informando pelo menos 53 imóveis em sua propriedade nos últimos anos. Na evolução patrimonial, foram identificadas 51 transações de aquisição de imóveis entre 1986 e 2025, gerando um total de R\$ 7,17 milhões - "o que, muito possivelmente, não reflete o valor atual do patrimônio, considerada a prática corriqueira de estimar a menor os valores dos imóveis para fins registrais", diz a Corregedoria.

**DIÁLOGOS.** A investigação sobre a conduta de Dirceu inclui recuperação de diálogos dele com outros suspeitos de envolvimento no suposto esquema instalado no tribunal de Mato Grosso para negociação de sentenças. "O contexto dos diálogos evidencia o aparente leilão da atividade judicante conduzida por Dirceu dos Santos", afirma o corregedor. O documento chama a atenção para a "expressiva aquisição de imóveis nos anos de 2023 e 2024, período coincidente com os diálogos suspeitos identificados".

Ao analisar a variação patrimonial de Dirceu dos Santos, a Polícia Federal salientou que o incremento de bens livres de dívidas do magistrado atingiu R\$ 10,21 milhões nos últimos cinco anos, alcançando

ainda uma sobra financeira no mesmo período, de R\$ 9,6 milhões.

Um relatório da PF mostra que ele movimentou R\$ 14,61 milhões - as principais operações conjuntas foram realizadas com sua ex-mulher, Márcia Amâncio de Souza da Silva, e com a atual, Carla Patrícia Monteiro dos Santos, "além de interpostas pessoas".

Em setembro de 2020, quando se divorciou de Márcia, o desembargador detinha patrimônio de R\$ 18 milhões. Naquela ação, Márcia disse que, além de dezenas de imóveis e de máquinas agrícolas, Dirceu havia comprado imóvel na Flórida, pelo valor histórico de US\$ 406.744,23. Segundo Campbell, pelo câmbio atual, o preço é de R\$ 2,1 milhões, "desconsiderada a valorização imobiliária do bem durante o período".

**LOBISTA.** O suposto comércio de sentenças no gabinete de Dirceu teria sido intermediado pelo advogado Roberto Zampieri - o "lobista dos tribunais", assassinado em 2023 em Cuiabá - em parceria com o empresário Luciano Cândido Amaral e com o advogado Bruno Oliveira Castro.

"Restou comprovado que Roberto Zampieri intermediava o pagamento de vantagens indevidas a desembargadores e magistrados de primeiro grau vinculados ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso", diz Campbell. Os demais citados não responderam.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Antecipação de debate eleitoral trava cumprimento da agenda da Fazenda

**Jéssica Sant'Ana**

A antecipação do debate eleitoral tem atrasado parte da agenda do Ministério da Fazenda que seria implementada no começo deste ano. Estão pendentes, por exemplo, o envio do projeto de lei do Imposto Seletivo para o Congresso Nacional, a publicação da consulta pública do decreto que estabelecerá a cobrança de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre ativos virtuais, como criptomoedas, e a formalização dos nomes que serão indicados pelo governo às diretorias vagas do Banco Central (BC).

Segundo apurou o Valor, a tendência é que o projeto do Imposto Seletivo fique para ser enviado apenas no segundo semestre do ano. O texto, com diversos cenários de alíquota, está pronto, mas ainda não houve a decisão política sobre quais taxas serão propostas.

Uma ala do governo teme que a oposição use esse projeto para atacar o governo, em especial o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que anunciará na semana que vem que será o candidato do PT ao governo de São Paulo. A ideia da equipe econômica era ter enviado esse projeto ao Legislativo ainda em fevereiro, mas nem Haddad nem o Palácio do Planalto se debruçaram sobre o texto.

Um técnico admite que a antecipação do debate eleitoral tem travado essas e outras agendas do Ministério da Fazenda, porque o governo teme que as propostas relacionadas a novos **tributos** sejam usadas politicamente pela oposição.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), provável candidato de oposição à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tem crescido nas pesquisas eleitorais, o que deixou parte do Executivo ainda mais receoso em implementar medidas impopulares. No final do mês passado, o governo recuou de parte do aumento do Imposto de Importação (II) devido às críticas que recebeu nas redes sociais.

Outro tema que também deve ficar pendente é a consulta pública sobre o decreto que vai propor a cobrança de IOF para as compra de ativos virtuais referenciados em moeda fiduciária.

A alíquota seria de 3,5%, com isenção da taxa para

compras de até R\$ 10 mil mensais feitas por pessoas físicas.

A minuta, elaborada pela **Receita Federal**, ficou pronta no começo de fevereiro e, na semana passada, teve o aval da Casa Civil. Contudo, houve orientação do Planalto para "segurar" a publicação, segundo apurou o Valor. Há receio da ala política de que a oposição use essa consulta pública para atacar o governo, que tem implementado ao longo do mandato uma série de medidas pelo lado da arrecadação. No caso das criptos, a ala técnica da equipe econômica nega fins arrecadatários com a medida, que visaria garantir maior isonomia tributária no sistema financeiro, já que hoje os criptoativos são isentos de cobrança de IOF.

Na mesma linha, há resistência interna aos estudos sobre cobrar IOF de títulos isentos, como Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Técnicos do Ministério da Fazenda defendem essa cobrança, mas parte do governo também teme uso eleitoral da medida. Além disso, haveria forte reação dos setores afetados.

Outro tema pendente é a indicação de dois nomes para as diretorias vagas do BC. Haddad escolheu Guilherme Mello, atual secretário de Política Econômica, e o economista Tiago Cavalcanti para as vagas, porém a indicação não foi formalizada. Ainda não há data para isso acontecer.

Há um receio que os nomes não sejam aprovados ou fiquem em banho-maria, diante da má relação que o governo tem tido com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da falta de articulação política. Cabe aos senadores sabatinar indicados para a diretoria da autoridade monetária. O líder do governo na Casa, senador Jaques Wagner (PT-BA), está com a relação estremecida com Alcolumbre devido à indicação de Jorge Messias, ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), a uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF).

Procurados, a Fazenda e o Planalto não comentaram.

# CPMI apela ao Supremo para ouvir o banqueiro

» WAL LIMA » DANANDRA ROCHA

Após o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubar dois depoimentos previstos pela CP-MI do INSS, o presidente da comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG), e o relator, deputado Alfredo Gaspar (União--AL), reuniram-se ontem à noite com o ministro André Mendonça para discutir os impactos das decisões da Corte sobre o andamento das investigações no colegiado.

Segundo Viana, a comissão pediu a Mendonça a revisão de ha-beas corpus que têm permitido o não comparecimento de testemunhas e de investigados às oitivas. Conforme o senador, Mendonça prometeu que o recurso relacionado ao banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Master, será encaminhado para análise na Segunda Turma da Corte.

"O ministro colocou para nós que vai rever, mas especialmente no caso do banqueiro Daniel Vorcaro já encaminhará o nosso recurso para a votação na

Turma, para uma decisão cole-giada", afirmou.

Gaspar, por sua vez, afirmou que trabalha na elaboração do relatório final, mas ressaltou a necessidade de mais tempo para aprofundar as apurações. "Eu tenho trabalhado muito junto com o presidente para que nós possamos entregar um relatório robusto. Hoje, passei seis horas analisando a parte do relatório, mas é um relatório que contém vários tópicos e necessita de prova concreta", argumentou.

De acordo com o deputado, um dos principais entraves nas investigações envolve a apuração sobre o sistema financeiro. "Estamos impedidos de avançar no sistema financeiro, muito por decisões judiciais", criticou.

Somente nos últimos dias, por exemplo, ministros da Corte suspenderam depoimentos considerados estratégicos para a investigação sobre possíveis irregularidades em descontos indevidos de aposentadorias e pensões.

Uma das decisões partiu do ministro Flávio Dino, que concedeu liminar suspendendo efeitos de requerimentos aprovados em bloco pela CPMI,

especialmente aqueles que tratavam de quebra de sigilos bancário e fiscal. A medida acabou levando ao cancelamento do depoimento da empresária Leila Pereira, presidente da ICrefisaj, que havia sido convocada pela comissão.

Já o ministro André Mendonça autorizou que o banqueiro Augusto Ferreira Lima, ex-sócio de Daniel Vorcaro, não comparecesse à oitava marcada para ontem. A decisão tornou facultativa a presença do empresário e garantiu a ele uma série de direitos, caso optasse por prestar depoimento.

As duas decisões atingiram diretamente o cronograma da CPMI e foram interpretadas por integrantes da comissão como um freio imposto pelo Judiciário às investigações conduzidas pelo Congresso.

Viana criticou o cancelamento do depoimento de Leila Pereira e anunciou que pretende reconvocar a empresária para prestar esclarecimentos no próximo dia 18. Segundo o parlamentar, impedir o comparecimento de convocados enfraquece o papel constitucional do Legislativo na fiscalização de possíveis irregularidades.

Especialistas ouvidos pela reportagem, porém, afirmam que as decisões do STF seguem parâmetros já consolidados na Constituição e na jurisprudência da própria Corte.

Doutor e mestre em filosofia do direito pela PUC-SP, Roberto Beija-to Junior explicou que as comissões parlamentares possuem poderes amplos de investigação, mas estão sujeitas ao controle de legalidade do Judiciário.

"Quando o STF anula decisões da CPI, normalmente é porque há falhas de fundamentação ou riscos a direitos constitucionais. Nesse caso, o tribunal atua dentro de sua função de controle de legalidade" frisou.

De acordo com o jurista, um dos pontos mais frequentes de intervenção do Supremo envolve o direito de investigados de não produzir prova contra si mesmos. "A jurisprudência da Corte admite que investigados possam faltar à CPI ou, ao menos, comparecer sem serem obrigados a responder perguntas que possam levá-los à autoincriminação" explicou.

O advogado Berlinque Can-telmo, especialista em direito penal, avaliou que a decisão de Mendonça segue essa linha já consolidada. "A decisão evidencia um ponto clássico de tensão entre o Poder Judiciário e as comissões parlamentares. Embora as CPIs tenham amplos poderes investigatórios, eles não podem ultrapassar garantias constitucionais fundamentais" afirmou.

Segundo ele, a intervenção judicial costuma ocorrer justamente para preservar esse equilíbrio. "O Supremo acaba atuando como árbitro entre o poder investigatório do Congresso e a proteção de direitos individuais", disse.

**Site:**

**<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/03/12/all.pdf>**

# PF prende suspeito de ser operador do Careca do INSS

**BRASÍLIA SÃO PAULO AGUIRRE TALENTO, FAUSTO  
MACEDO, FELIPE DE PAULA E LUIZ VASSALLO**

A Polícia Federal prendeu ontem Alexandre Moreira da Silva, um dos últimos foragidos da Operação Sem Desconto, investigação relacionada ao desvio de R\$ 6,3 bilhões do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Ele é apontado como integrante do núcleo financeiro do lobista Antônio Carlos Camilo Antunes, o "Careca do **INSS**", considerado pelos investigadores como peça-chave no esquema que lesou milhares de aposentados e pensionistas do órgão.

O Estadão procurou a defesa de Alexandre Moreira da Silva, mas não houve resposta.

Agentes federais realizaram a prisão após um "minucioso trabalho de investigação e levantamentos que permitiram localizar" o foragido, segundo a PF. De acordo com as apurações, Alexandre Moreira da Silva era responsável por atuar na movimentação e gestão dos valores desviados. Ele foi encaminhado à unidade da PF para os procedimentos de praxe.

EMPRESAS. Segundo a Operação Sem Desconto, o "Careca do **INSS**" é sócio de 22 empresas de consultoria, call center, construção e incorporação. Algumas delas têm os mesmos telefones e endereços em Brasília. A PF suspeita que o lobista usava as empresas, principalmente a Prospect Consultoria Empresarial, para intermediar as negociações e movimentar os recursos financeiros originados das fraudes no **INSS**.

Pessoas e CNPJs relacionados ao "Careca" receberam R\$ 48,1 milhões diretamente de associações suspeitas de golpes em aposentados, além de R\$ 5,4 milhões de empresas ligadas a essas entidades, o que totaliza R\$ 53,5 milhões, segundo as investigações da PF.

O empresário também teria repassado R\$ 9,3 milhões a servidores do **INSS** suspeitos de corrupção. Ele é descrito no inquérito como "pagador de vantagens indevidas" e alguém "profundamente envolvido" em descontos ilegais. "Careca" está preso sob suspeita de corrupção de agentes públicos para manter o esquema bilionário de fraudes.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Flávio avança entre eleitores independentes e empata com Lula em embate no 2º turno

**HYNDARA FREITAS** [hyndara.freitas@sp.oglobo.com.br](mailto:hyndara.freitas@sp.oglobo.com.br)  
**SÃO PAULO**

A sete meses das eleições, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) estão pela primeira vez na série histórica da pesquisa Genial/Quaest com o mesmo índice de intenções de voto em uma eventual disputa de segundo turno - ambos marcam 41%. O petista, no entanto, segue na liderança nas simulações de primeiro turno.

Os dados, divulgados ontem, reforçam avanço do filho de Jair Bolsonaro, escolhido pelo ex-presidente em dezembro para representá-lo nas urnas. Em fevereiro, o parlamentar aparecia com 38% de preferência, enquanto Lula somava 43% em um embate direto. Se considerado apenas o grupo de eleitores que se classifica como independente, tido como decisivo no pleito, Flávio ultrapassou Lula numericamente ao avançar seis pontos desde a última pesquisa e agora tem 32%, ante 27% do petista.

A movimentação foi acompanhada de uma piora na avaliação do governo do petista e da economia. A maioria dos entrevistados pela Quaest -51% do total - disse desaprová-la, enquanto 44% indicaram aprová-la. Essa é a maior discrepância entre os grupos (sete pontos percentuais) desde julho de 2025, quando a desaprovação superava a aprovação por dez pontos e o governo iniciava uma leve recuperação da popularidade após a crise envolvendo mensagens falsas sobre a mudança de regras do Pix.

As dificuldades na popularidade do presidente ocorrem em meio às investigações relacionadas ao caso Master - que têm respingado negativamente no governo embora envolva também nomes à direita -, e à quebra de sigilo do Lulinha, filho do presidente, no âmbito das apurações sobre desvios de recursos do **INSS**. Nos últimos dias, aliados de Flávio passaram a explorar os dois temas para atacar o governo. Outra frente de desgaste foi o desfile da Acadêmicos de Niterói que homenageou Lula em fevereiro no carnaval do Rio, mas satirizou famílias conservadoras e gerou uma onda de críticas de setores evangélicos. A Quaest ouviu 2.004 eleitores entre a sexta-feira da semana passada e a última segunda-feira.

**VANTAGEM À DIREITA**

Em mais um indicativo da consolidação da pré-candidatura de Flávio à direita, as demais simulações de segundo turno mostram que o senador é hoje o nome mais forte da oposição entre os testados para enfrentar Lula. O atual presidente abre vantagem de nove a 16 pontos percentuais quando enfrenta os governadores Ratinho Junior (PSD), Romeu Zema (Novo), Ronaldo Caiado (PSD) e Eduardo Leite (PSD).

Já nas simulações de primeiro turno, Lula lidera em todos os cenários com índices que variam entre 37% e 39% das intenções de voto, a depender da lista de nomes. Flávio, por sua vez, aparece em seguida, distante dos demais nomes, e teria entre 30% e 35%, também a depender do quadro de candidatos. A margem de erro geral da pesquisa é de dois pontos percentuais para mais ou menos.

Entre os pré-candidatos do PSD, Ratinho é quem atinge numericamente o maior patamar, com 7% nos dois cenários em que é testado, seguido por Caiado (4%) e Leite (3%). O partido ainda avalia qual dos três governadores irá lançar à Presidência, e a definição deve sair no fim deste mês. O presidente do partido, Gilberto Kassab, tem dito que os resultados das pesquisas serão considerados para a decisão, mas não serão o único critério.

O quesito rejeição segue como desafio para os principais pré-candidatos. Lula e Flávio também empatam na rejeição. São 56% os entrevistados que dizem conhecer Lula e que não votariam no presidente, enquanto para o filho de Bolsonaro esse índice é de 55%, o que reforça que a estratégia do PL de mostrar o senador como nome mais moderado que o pai, com acenos a setores do empresariado e às mulheres, não surtiu efeito. Os demais pré-candidatos têm rejeição abaixo de 40%, mas são menos conhecidos.

Ainda segundo a Genial/ Quaest, 48% dos eleitores consideram que Flávio não é mais moderado que sua família, enquanto 38% avaliam que sim. Já em relação a Lula, 43% dizem que o presidente não é mais moderado que o PT, e 42% afirmam o contrário.

**REVESES PARA O GOVERNO**

Do lado de Lula, há outros

pontos de preocupação. Afirma dos brasileiros que avalia que a economia piorou nos últimos 12 meses avançou de 43% para 48%. Além disso, apenas 17% afirmaram que a renda aumentou significativamente com a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, uma das principais apostas da gestão para ampliar a popularidade. Outros 48% dizem que não sentiram diferença e 34% apontaram que a renda aumentou, mas não muito. No segmento com renda superior a dois e de até cinco salários mínimos, 52% relataram que não sentiram diferença com a medida.

Ainda de acordo com os dados da Quaest, pela primeira vez, o medo da permanência de Lula no Planalto superou numericamente o temor da volta da família Bolsonaro ao poder (43% a 42%). Em fevereiro, 44% diziam que tinham medo do retorno dos Bolsonaro à Presidência e 41% temiam mais Lula seguir no cargo. A oscilação ocorreu dentro da margem de erro, mas numericamente o temor sobre a reeleição do petista aumentou.

Outro ineditismo é a desaprovação ao governo Lula superar a aprovação também entre as mulheres (48% a 46%), grupo que, segundo pesquisas de véspera em 2022, ajudou a sacramentar a vitória do presidente na última disputa eleitoral. Em novembro, o saldo era positivo para a atual gestão em cinco pontos percentuais. Entre os homens, a rejeição ao atual governo supera o apoio em 14 pontos.

Entre os católicos, outro segmento que costuma ter preferência pelo petista, a desaprovação também avançou para 47%, mas segue atrás, numericamente, da aprovação (48%). Já entre os evangélicos, a rejeição ao governo ficou estável, em 61%.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PIS e Cofins devem ser incluídos no cálculo do IR e da CSLL

**Luiza Calegari**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ontem que as empresas que optam pelo regime tributário do lucro presumido devem incluir o PIS e a Cofins na base de cálculo do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL. O entendimento, da 1ª Seção, foi adotado no julgamento de mais uma "tese filhote" que surgiu com o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da "tese do século", que excluiu o ICMS do cálculo das contribuições sociais.

Por ter sido julgado por meio de recursos repetitivos, o entendimento deve ser seguido por todas as instâncias inferiores do Judiciário. Segundo o relator, ministro Paulo Sérgio Domingues, haveria pelo menos 41 acórdãos e quase 1,7 mil decisões monocráticas sobre o tema no STJ.

Segundo o relator, "fica vedada a possibilidade de exclusão da base de cálculo do IRPJ e da CSLL das parcelas devidas a título de PIS e Cofins" (Tema 1312). Ele destacou, na sessão, ter usado as mesmas premissas já aplicadas pelo STJ no julgamento de outro repetitivo (Tema 1240). Nele, a Corte definiu que o ISS compõe a base de cálculo do IRPJ e da CSLL quando apurados na sistemática do lucro presumido.

Domingues não propôs modulação porque o entendimento que agora virou tese já era o mesmo das duas turmas de Direito Público. A 1ª Turma, por exemplo, entendeu em 2024 que os valores usados para pagamento de **tributos** não podem ser excluídos das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL (REsp 2082792). A 2ª Turma, ao julgar outro processo, lembrou que a 1ª Seção já havia fixado tese (Tema 1008) de que o conceito de receita bruta, para fins de tributação por IRPJ e CSLL no lucro presumido, inclui os **tributos** sobre ela incidentes (REsp 2080205).

A palavra do STJ sobre o assunto será definitiva, uma vez que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que essa controvérsia é infraconstitucional (RE 1453264).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) comemorou a decisão. Segundo afirma o órgão em nota ao Valor, ela corrobora "o esforço contínuo da Fazenda Nacional em demonstrar as balizas adequadas e esclarecer o real limite do precedente

extraível do Tema 69 do STF".

Na situação julgada no recurso, segue o órgão, no regime do lucro presumido, a tributação é calculada aplicando-se um percentual pré-definido em lei sobre a receita bruta, dispensando o contribuinte de comprovar deduções. "Como o PIS e a Cofins são componentes da receita bruta total, admitir a sua exclusão da base do IRPJ e da CSLL implicaria uma dupla dedução. Além disso, autorizaria a criação ilegal de um regime híbrido, no qual a empresa combinaria as vantagens do lucro presumido com as deduções do lucro real", diz a PGFN.

Segundo tributaristas, o entendimento já era esperado, diante da unanimidade nos posicionamentos das turmas. Ana Paula Baruel, sócia do Baruel Barreto Advogado, ressalta que o STJ já tinha enfrentado questões semelhantes em outros repetitivos, como quando julgou a validade da inclusão do ICMS (Tema 1008) e do ISS (Tema 1240) na base de cálculo do IRPJ e da CSLL no regime do lucro presumido.

"Esses precedentes deixam claro que, no lucro presumido, a lógica de apuração é distinta daquela aplicável ao lucro real. Nesse

contexto, decisões que buscam excluir determinados **tributos** da base de cálculo de outros tendem a encontrar restrições quando se trata de regimes presumidos ou simplificados de tributação", afirma a especialista.

Vitor Verissimo Borges, do escritório Henares Advogados, acrescenta que o entendimento enfraquece a tentativa de transportar a lógica da tese do século (Tema 69 do STF) para o regime do lucro presumido. "O STJ, no Tema 1240, já havia sinalizado que essa racionalidade não deve ser estendida de forma automática a discussões sobre IRPJ e CSLL no lucro presumido, justamente porque, nesse regime, a receita bruta funciona como parâmetro legal da tributação presumida."

Ele acrescenta que o impacto desse julgamento, somado aos precedentes anteriores, pode reverberar em outras chamadas teses filhotes que procurem excluir **tributos** ou valores incidentes sobre a operação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

"Em outras palavras, o STJ pode estar consolidando a compreensão de que, no lucro presumido, não cabe ao contribuinte depurar a receita bruta por via interpretativa, salvo quando houver autorização legal expressa", afirma o advogado.

Para as empresas, além do impacto financeiro, o entendimento pode levar a uma reavaliação do regime de tributação adotado, segundo Juliana Camargo Amaro, sócia do escritório Finocchio Ustra Sociedade de Advogados. "Elas devem ponderar com mais cuidado os custos e benefícios do lucro presumido em comparação com o lucro real, especialmente diante das mudanças que virão com a **reforma tributária**."

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# PEC busca reduzir custo de contratação para aumentar emprego no país, diz senador

Com a tramitação iniciada nesta semana, a Proposta de Emenda à Constituição 1/2026, apelidada de PEC do Emprego, está na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado e aguarda que o presidente da comissão, Otto Alencar (PSD-BA), indique um relator. De acordo com o autor da proposta, senador Laércio Oliveira (PP-SE), ainda não há um nome em vista.

O texto do senador prevê uma mudança nos **tributos** pagos pelas empresas brasileiras. Pela proposta, é retirada a obrigação patronal de 20% sobre a folha de pagamento, que será substituída por uma tributação de 1,4% sobre o faturamento das empresas. Se aprovada e sancionada, a medida passa a valer para todas as organizações a partir de 2027.

Em entrevista ao R7, Laércio afirmou que a ideia é tentar aliviar a carga tributária, principalmente do setor de serviços, que é um grande empregador no país. Ele garante que a proposta vai melhorar consideravelmente a empregabilidade e resolver o problema da **Previdência Social**.

"A PEC abre a oportunidade para o aumento de salário dos trabalhadores, porque o empregador passa a ter uma flexibilidade maior, tendo uma folga na sua receita em função de não pagar os 20% previdenciários", analisa o senador.

A proposta é similar à política de desoneração implementada em 2012, em que a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento de 17 setores foi substituída por um percentual de 1% a 4,5% da receita bruta da empresa.

De acordo com o senador, o novo formato faz justiça aos demais setores e traz equilíbrio à Previdência, já que toda a arrecadação - inclusive de empresas com poucos funcionários - passa a compor o fundo.

"As empresas que têm uma folha pequena, a contribuição para a **Previdência Social** é pequena e, quando você transfere o percentual, essa contribuição será muito maior", ressalta Laércio.

Segundo o parlamentar, a iniciativa surgiu depois de o governo não cumprir o compromisso de enviar um projeto sobre a desoneração da folha após a aprovação da **reforma tributária**. Para ele, o modelo atual é injusto.

"Empresas tecnológicas e robotizadas possuem faturamentos altos, mas folhas de pagamento pequenas. Ao tributar o faturamento, todos os CNPJs passam a sustentar o sistema, o que traria equilíbrio financeiro para pagar aposentados e pensionistas", detalha o autor da PEC.

Apoio no Senado, resistência no Planalto

No Senado, a proposta é bem vista pelos colegas: durante a coleta de assinaturas, 60 dos 81 senadores apoiaram a PEC.

Já do lado do governo, interlocutores apontam uma posição contrária à matéria. Conforme o senador, ainda não houve uma conversa sobre a tramitação com integrantes do Planalto, mas Laércio se colocou à disposição. Segundo ele, o índice de 1,4% é fruto de um estudo do próprio Ministério da Fazenda.

"Eu não entendo por que é que o governo é contrário, por duas razões. Primeiro, a PEC resolve a questão da **Previdência Social**, que é um grande problema que o governo tem. Então, eu fico pensando: o que é que está acontecendo para que o governo tenha um comportamento como esse? Eu não consigo entender a lógica", questiona, ressaltando que a mudança não vai acabar com o débito da Previdência, mas deve evitar o aumento da dívida.

Ele acredita, no entanto, que o texto não encontrará dificuldades no Congresso. A expectativa é de que o projeto tramite rapidamente no Senado, com previsão de aprovação até junho.

Fim da escala 6x1

Laércio Oliveira desvincula sua proposta da discussão sobre a escala 6x1, a qual classifica como "eleitoreira" e desnecessária.

Segundo ele, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) e as convenções coletivas já permitem ajustar as jornadas de trabalho.

"Me parece, em princípio - e ninguém ainda me provou o contrário -, que é um projeto eleitoreiro, que é bonito de se falar nas ruas, mas que não tem nenhuma identidade com os trabalhadores brasileiros, porque a

própria CLT já define a liberdade de empregados e empregadores construírem, através do instrumento chamado convenção coletiva de trabalho", defende.

A proposta em discussão na Câmara propõe reduzir a jornada semanal para 36 horas. A medida abriria espaço para modelos como a escala 4x3 ou 5x2, já adotados em outros países.

Busque no R7

**Site: <https://noticias.r7.com/brasil/pec-busca-reduzir-custo-de-contratacao-para-aumentar-emprego-no-pais-diz-senador-12032026/>**

# Barril a US\$ 90 não assusta investidores

**Luana Reis De São Paulo**

Apesar da ansiedade entre os participantes do mercado em torno da guerra no Oriente Médio e da disparada nos preços do petróleo - que agora rondam os US\$ 90 por barril -, o mercado futuro mostra que a visão consensual dos investidores aponta para um choque pontual nos preços. Entre dirigentes do Federal Reserve (Fed, banco central americano), a avaliação tem sido bastante semelhante, o que dá conforto aos agentes financeiros para não apostar, ao menos por ora, em uma inflação mais alta no longo prazo - o oposto do que ocorreu no início da guerra na Ucrânia.

Na segunda-feira, auge do estresse nos mercados, os preços do petróleo encostaram em US\$ 120, um nível que foi logo revertido, com a sinalização do presidente dos EUA, Donald Trump, de que o fim do conflito poderia estar próximo. Desde o início do embate, a principal incerteza dos participantes do mercado tem sido a duração da guerra, o que será determinante para medir o impacto sobre a indústria de petróleo e os efeitos sobre a inflação global.

Os preços nos mercados futuros, no entanto, sugerem que a aposta majoritária entre os operadores é que o pico nos preços do petróleo deve ser temporário. Enquanto o futuro do Brent para maio ronda os US\$ 90, o contrato com vencimento em dezembro era negociado a US\$ 78 por barril na tarde de ontem, em um sinal de arrefecimento esperado para os preços ao longo da curva futura do petróleo.

Essa visão é reforçada pelas expectativas de inflação de longo prazo, que seguem ancoradas. Segundo a plataforma Fred, da distrital de St. Louis do Fed, a taxa de inflação "implícita" de dez anos passou de 2,25% em 27 de fevereiro, um dia antes do ataque ao Irã, para 2,36% ontem. O movimento, assim, é bastante contido, dado que, no início da guerra na Ucrânia, a inflação "implícita" de dez anos chegou a 3,02%. Vale lembrar, contudo, que na época a inflação corrente dos EUA também estava em níveis bem mais elevados.

Parte dos diretores do Fed também compartilha da visão de que o choque será temporário. O diretor Christopher Waller não espera que a guerra tenha um impacto duradouro sobre a inflação. Ele, que vem defendendo uma postura mais propensa a cortes de juros do que a maior parte de seus colegas do Fed, disse que, embora os consumidores provavelmente

sejam afetados pelo aumento nos preços de energia, os formuladores de política monetária devem ignorar altas pontuais. "Isso provavelmente não causará inflação persistente", disse Waller em um evento na semana passada.

A vice-presidente para supervisão do Fed, Michelle Bowman, defendeu que ainda é muito cedo para prever os efeitos da guerra na economia, assim como a presidente do Fed de Cleveland, Beth Hammack. Thomas Barkin, do Fed de Richmond, disse que a resposta do banco central americano dependerá da duração do conflito. "A política monetária clássica diria que você ignora um choque de curto prazo, mas não um de longo prazo", afirmou.

Neel Kashkari, do Fed de Minneapolis, disse que a guerra aumenta a incerteza sobre o cenário econômico e os próximos passos da política monetária nos EUA. O dirigente apontou que precisava ver como os dados iriam reagir para saber como agir. O presidente da distrital do Fed de Chicago, Austan Goolsbee, afirmou: "À medida que surgem mais incertezas, acho que o momento em que faz sentido agir continua sendo adiado".

Entre os dirigentes regionais do Fed, Goolsbee e Barkin não votam nas decisões de política monetária neste ano, mas Hammack e Kashkari, sim.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Guerra cria cenário "delicado" para o agro, diz CNA

**Rafael Walendorff De Brasília**

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) avalia que o conflito no Irã torna o cenário "delicado" para os produtores rurais brasileiros e que o impacto sobre os combustíveis e os fertilizantes será maior que o da guerra na Ucrânia, iniciada há mais de quatro anos.

Bruno Lucchi, diretor técnico da entidade, lembrou que 30% dos fertilizantes nitrogenados, como ureia, importados pelo Brasil são de países do Oriente Médio, mas este não é o momento de compra. Ele citou ainda que há outros fornecedores desses insumos, mas que os preços ficarão mais altos.

"No início da guerra entre Rússia e Ucrânia, as commodities estavam em alta, diferentemente do cenário de agora em que o produtor está endividado, as taxas de juros são elevadas e os fertilizantes já estavam mais caros que o normal. É uma crise muito maior do que tivemos anteriormente", afirmou ontem a jornalistas na Câmara dos Deputados, no lançamento da Agenda Legislativa do Agro 2026.

Nos últimos dias, com o acirramento do conflito entre EUA, Israel e Irã, cresceram os relatos de produtores de aumento no preço do óleo diesel. Episódios no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Pará e Goiás têm chegado à CNA. A alta, que era em torno de R\$ 1 por litro na semana passada, agora é de R\$ 2.

A entidade pediu à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para reforçar a fiscalização e evitar um "alarde desnecessário" que gera aumentos desproporcionais nas bombas.

A preocupação no setor é grande por conta da alta demanda por diesel nas propriedades rurais nesta época do ano, com colheita de soja e arroz em curso e o plantio da segunda safra de milho, além do escoamento da produção, feita majoritariamente por caminhões movidos a diesel.

Lucchi disse que o momento é "delicado, pois o produtor já vinha com o custo elevado de produção em relação aos fertilizantes, por conta de preços que não baixaram depois da pandemia, diferentemente dos preços das commodities que estão inferiores ao período da pandemia", afirmou.

Ele observou que o Brasil importa entre 20% e 30% do diesel que consome. "A Petrobras ainda não fez nenhum repasse, nenhum aumento, por isso não dá explicar por que há um aumento desproporcional como esse", argumentou o diretor-técnico da CNA.

Na avaliação da CNA, o cenário é pior para Estados do Norte e Nordeste, que dependem da chegada de fertilizantes que entram por portos do Sudeste e do Sul e da logística feita por caminhões a diesel. "Os Estados do Nordeste e do Arco Norte vão ter custo ainda mais elevado, pois há muitos insumos que cortam o Brasil para chegar lá. Isso será extremamente negativo para o setor", disse Lucchi.

O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Pedro Lupion (Republicanos-PR), disse que a situação pode gerar alta nos preços dos alimentos, com impacto na **inflação** do país, se nada for feito para controlar os efeitos da guerra sobre combustíveis e fertilizantes.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Presidente paraguaio defende classificar facções como terroristas

"O Brasil é um país grande, complexo, e gostaria de avançar mais rapidamente em nossa agenda bilateral, mas não temos nenhum problema"

O presidente do Paraguai, Santiago Peña, afirmou em entrevista ao Valor que é favorável à possibilidade de os Estados Unidos designarem como organizações terroristas os grupos criminosos brasileiros Comando Vermelho e Primeiro Comando da Capital (PCC). O Paraguai adotou essa classificação no ano passado e, segundo ele, a medida ajudou o país a utilizar de forma mais efetiva as forças de segurança e militares.

JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

Santiago Peña: "Brasileiro sempre foi bem-vindo ao Paraguai; não é um fenômeno recente ou atual"

"A opinião do Paraguai é favorável, por isso nós tomamos a decisão no ano passado de designar essas duas organizações como grupos criminosos. E obviamente para nós é uma grande preocupação, porque tínhamos uma presença muito ativa de ambas as organizações no território paraguaio", disse Peña.

A entrevista foi concedida durante a semana do encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado este ano em Assunção. Em meio à programação do evento, o presidente recebeu o Valor em seu gabinete para uma breve conversa.

Em relação ao avanço de acordos comerciais do Mercosul com outros países, Peña defendeu que o bloco mantenha unidade nas negociações, afirmando que, quando os países negociam de forma conjunta, tendem a ter mais força.

Ele ponderou que as negociações da Argentina com os Estados Unidos em acordos comerciais não devem resultar, de fato, na assinatura de um acordo de livre-comércio, já que os EUA não estão conversando com nenhum país do mundo nesse formato.

Recentemente, os dois países estreitaram os laços econômicos ao discutir um acordo recíproco de comércio e investimento. "Acho que os acordos comerciais para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai sempre vão ser na base do bloco e não de forma independente", avaliou.

Peña reforçou ainda que é possível concluir este ano um acordo com o Brasil sobre a revisão do Anexo C do Tratado de Itaipu - que trata das diretrizes tarifárias, prestação de serviços e repartição de custos. Essa revisão está atrasada desde dezembro de 2023, quando expirou o prazo original. O novo acordo ainda não foi firmado, apesar das sucessivas prorrogações nos prazos.

Segundo Peña, o episódio envolvendo a revelação de que agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) teriam atuado para acessar dados de autoridades paraguaias gerou incômodo inicial, mas, após explicações do governo brasileiro, foi considerado superado. Na época, a revelação, referente ao período entre 2022 e 2023, havia provocado desgaste na relação entre Brasil e Paraguai e levado à suspensão temporária das negociações sobre Itaipu.

A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: O acordo Mercosul-União Europeia avançou após décadas de negociações. Quais são as perspectivas para novos acordos? A Argentina tem feito acordos com os EUA. O Paraguai tem interesse nesses acordos bilaterais?

Santiago Peña: Não. O Paraguai acredita na negociação do bloco do Mercosul. Acreditamos que sempre negociando como bloco vamos ter mais força. Graças à essa força negociamos o maior acordo de livre-comércio do mundo, que é o acordo Mercosul e União Europeia, firmamos acordo com Singapura e estamos agora negociando, já a ponto de concluir, acordo com Emirados Árabes. Acho que as negociações da Argentina com os Estados Unidos em acordos comerciais não levarão a firmar um acordo de livre-comércio. De fato, os EUA não estão conversando com nenhum país do mundo em acordo de livre-comércio. Então acho que os acordos comerciais para a Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai sempre vão ser em base a blocos, e não de forma independente.

Valor: Qual a sua opinião sobre a ausência de Lula na cerimônia de assinatura do acordo Mercosul-UE aqui no Paraguai?

Peña: Entendemos que sua agenda não lhe permitia vir. E ele entendia que a assinatura era somente entre os ministros de Relações Exteriores. Mas entendemos também que a decisão foi abrupta por parte da União Europeia, aprovaram e pediram que fosse assinado, e o Paraguai estava exercendo a presidência [do bloco]. Mas a nossa relação entre Paraguai e o Brasil é boa, com diálogo profundo. Às vezes temos coincidências, às vezes temos opiniões diferentes, mas é uma relação de muito respeito.

Valor: A renegociação do Anexo C do Tratado de Itaipu é atualmente uma das principais questões na relação entre Brasil e Paraguai. Como estão as negociações com os representantes brasileiros?

Peña: O nosso desejo de chegar à uma conclusão o mais rápido possível. Ainda temos um trabalho que está sendo feito pelas equipes técnicas, mas temos o desejo de poder concluir o mais rápido possível. Mas também sabemos que é um acordo que tem mais de 50 anos, então não é algo que se pode solucionar rapidamente. Estamos conversando com os representantes do Brasil e os representantes do Paraguai.

Valor: O sr. pensa que é possível concluir essas negociações até o final deste ano?

Peña: De ser possível, sim. Eu acho que sim. Eu acho que há uma intenção e uma vontade de concluir o antes possível.

Valor: O recente episódio de suposta espionagem relacionado a Itaipu afetou a confiança entre os dois países? O episódio foi superado?

Peña: Criou um incômodo em um momento. Nós pedimos explicações ao governo do Brasil, eles nos apresentaram essas explicações e nós demos por encerrado este capítulo.

Valor: Há um debate sobre os Estados Unidos classificarem o PCC e o CV como grupos terroristas, assim como fez o Paraguai no ano passado. O Brasil vem tentando evitar esse movimento. Como o sr. vê isso?

Peña: A opinião do Paraguai é favorável, por isso tomamos a decisão no ano passado de designar essas duas organizações como grupos criminosos. E obviamente para nós é uma grande preocupação, porque tínhamos uma presença muito ativa de ambas as organizações no território paraguaio e essa designação nos ajudou a poder utilizar de maneira mais efetiva as forças de segurança e as forças militares.

Valor: Há alguma coordenação no combate ao crime organizado, que também se tornou uma questão central para a equipe econômica e política brasileira?

Peña: Sim, nós estamos enfrentando o crime organizado. Nós estamos enfrentando e temos uma posição firme e que vamos continuar lutando contra as organizações criminais, tanto nacionais como internacionais.

Valor: Inicialmente, a energia

barata do Paraguai atraiu grandes projetos de mineração de criptomoedas. Essa vantagem competitiva poderia atrair novamente projetos como data centers, que é também um foco do Brasil?

Peña: Sim, essa é a ideia. Tudo o que está vinculado à criptomineração são projetos de curto prazo, contratos que terminam já no próximo ano. E a ideia do Paraguai é avançar em investimentos de mais longo prazo, em inteligência artificial e data centers. São projetos do setor privado, não são do governo. Nós estamos criando as condições para que venha ao setor privado. Estes são projetos de bilhões de dólares. Então são conversas que se estão tendo com Estados Unidos, com empresas americanas, que são principalmente os grandes investidores nessa infraestrutura tecnológica.

Valor: Houve um movimento significativo de brasileiros e empresas brasileiras para o Paraguai.

Peña: O brasileiro sempre foi bem-vindo ao Paraguai. Não é um fenômeno recente ou atual. O que está acontecendo nos últimos anos é que é muito mais visível e é uma imigração diversificada. Anteriormente eram muitos, principalmente dos Estados do Sul, de Paraná, de Santa Catarina, que vinham ao Paraguai para desenvolver atividades agrícolas. Começamos a ver, já nos últimos anos, um grupo de investidores mais industriais que estão vindo de outros Estados, principalmente de São Paulo, que estão vendo que o Paraguai é uma boa plataforma de produ

ção e para competir, não com o Brasil, mas com a Ásia.

Valor: Como assim?

Peña: O Paraguai não está tirando emprego do Brasil para trazer ao Paraguai. O Paraguai está trazendo emprego para empresas brasileiras [que hoje produzem] na Ásia, para a nossa região. E isso é um benefício para os empresários brasileiros. Por isso estamos vendo um aumento muito importante e cada vez mais visível, porque o Paraguai não é um país barato, é um país competitivo.

Valor: E também há muitas críticas, sobretudo agora com esse movimento anti-imigração.

Peña: Mas nós não temos esse problema, porque os imigrantes que vêm ao Paraguai são atraídos pelas regras claras para o trabalho. Para o Paraguai não vêm desocupados, tem gente que quer trabalhar, então para nós não há um problema migratório como poderia ter outro país como Estados Unidos, onde há muita gente com antecedentes criminais que vai para o país.

Valor: As eleições presidenciais no Brasil prometem ser polarizadas mais uma vez. O Paraguai vê algum risco ou oportunidade para a agenda bilateral, dependendo de quem vencer a eleição?

Peña: É indiferente. O Paraguai vai trabalhar com o presidente que seja eleito pelo povo brasileiro. Nós não temos nenhuma incidência e nenhuma opinião sobre as eleições presidenciais. Nós temos que trabalhar. O Brasil é nosso maior parceiro comercial e o povo brasileiro saberá escolher quem é a pessoa indicada para poder liderar os próximos quatro anos. Nossa relação com Lula tem sido muito boa, eu pessoalmente tenho uma boa relação. Obviamente o Brasil é um país grande, complexo, e gostaria de avançar mais rapidamente em nossa agenda bilateral, mas não temos nenhum problema.

Valor: O senhor vê alguma possibilidade de reverter a suspensão da Venezuela do Mercosul?

Peña: Sim, eu acho que sim. Eu

acho que a saída de Nicolás Maduro é um passo importante. Estamos vendo um processo de normalização das relações. Agora, a Venezuela ainda tem um longo caminho por diante, tem que realizar, em algum momento, eleições e o povo venezuelano vai ter que escolher quem vai ser seu presidente.

Valor: O Paraguai vem registrando um crescimento robusto nos últimos anos. Como avalia o desempenho econômico do país?

Peña: O Paraguai está hoje chamando muito a atenção em matéria econômica, mas isso é um fenômeno que se foi preparando por muitos anos. O Paraguai vem transitando um caminho de construção econômica, de fortalecimento econômico há muitos anos. E hoje esse processo está dando seus frutos, está acelerando. Crescimento econômico, **inflação** baixa, investimento, aumento do emprego, **diminuição** do desemprego. Ou seja, é uma combinação que faz com que o Paraguai tenha o melhor desempenho econômico entre todos os países da América Latina.

Valor: E qual a sua perspectiva para economia do país diante do que nós estamos vendo no contexto global, com conflitos geopolíticos? E para a região?

Peña: Vai continuar crescendo. Eu acho que quando você olha a geografia do Paraguai, a terra, a água, a população jovem, a estabilidade política, a estabilidade econômica, é uma combinação ideal para que o Paraguai seja o país de melhor desempenho econômico nos próximos anos. Eu acho que os conflitos no Oriente Médio, os conflitos na Rússia, com a Ucrânia na Europa, acho que isso demonstra que a América do Sul é uma região de paz. Ainda temos grandes desafios, temos que nos integrar mais. Houve um pouco de dano das brigas ideológicas muitas vezes, então temos que trabalhar mais juntos e fortalecer os laços entre os países.

# EXPANSÃO SOB RISCO - Alta do petróleo eleva preço de passagens aéreas e pode frear crescimento da aviação no país

**GLAUCE CAVALCANTI** [glauce@oglobo.com.br](mailto:glauce@oglobo.com.br) (Com agências internacionais)

O conflito no Oriente Médio já está encarecendo as viagens de avião. Com a alta do preço do petróleo e seu impacto no combustível de aviação (QAV), companhias aéreas internacionais, a exemplo da Scandinavian Airlines e da Qantas, já anunciaram aumentos em suas tarifas. Na Índia, esse aumento já chega a 15%. Caso esse movimento alcance o Brasil, o resultado poderá podar as asas das empresas nacionais num momento de expansão de mercado e com alta demanda de passageiros.

-No ano passado, o Brasil teve um recorde de quase 130 milhões de passageiros viajando de avião. Estamos num momento de expandir a malha de voos, trazer aeronaves. Reajustes (do QAV) podem pressionar o custo de forma severa -alerta Juliano Noman, presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). - Haveria dois impactos: um no preço da tarifa. O outro, com a não abertura de novas linhas ou redução de serviços.

Também Alessandro Oliveira, especialista do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), avalia que a tendência é de alta no preço do combustível de aviação no Brasil e, com ele, das passagens aéreas:

- Toda vez que há aumento ou redução do preço do petróleo, vai haver impacto no setor aéreo como um todo e no brasileiro. Se o petróleo sobe, o preço do QAV vai subir. No Brasil, ele tem preço acima da média mundial. E vai impactar as tarifas aéreas - afirma. - O Brasil é um país de oligopólio no setor aéreo, são poucas companhias. Uma pressão de custo tende a pressionar as tarifas.

O combustível de aviação costuma representar entre 20% e 30% dos custos de uma companhia aérea. Quando o petróleo oscila, o impacto chega às tarifas. A depender do tamanho do reajuste, pode limitar serviços.

Na segunda-feira, o barril do petróleo do tipo Brent encostou nos US\$ 120, caindo após fala do presidente dos EUA, Donald Trump, sugerindo que o conflito no

Irã poderia acabar em breve. Antes da guerra no Oriente Médio, o barril estava em US\$ 70. Ontem, fechou a US\$ 91,98 (leia mais sobre o tema na página 15).

## PRESSÃO SOBRE CUSTOS

No Brasil, a variação tem peso maior, diz Noman. As empresas aéreas do Brasil têm 60% dos custos atrelados ao dólar. E, nessa conta, o combustível representa perto de um terço do custo operacional.

-Já chegou a 40%. Hoje está pouco acima de 30%. Somos um país em desenvolvimento, mais sensível a preço do que outros. Fazemos a conta na hora de voar. Se a passagem chegar a tal valor, a gente não viaja -pondera Noman.

Nos EUA, o QAV equivale a perto de um quarto das despesas, segundo reportagem do Financial Times que estima que quatro dentre as maiores americanas - American, Delta, United e Southwest - podem gastar US\$ 11 bilhões a mais em combustível este ano por não terem proteção financeira (hedge) contra oscilações no preço desse insumo. Desde o fechamento do Estreito de Ormuz, o QAV subiu 60% no país. No Brasil, Latam, Azul e Gol contam com esse "seguro".

Noman afirma que a expectativa do mercado de aviação no Brasil é poder contar com uma "fortaleza" em meio à crise geopolítica que bateu nos combustíveis: a Petrobras. Isso porque, continua ele, a estatal produz mais de 80% do QAV usado no país:

-Esse combustível não está sujeito a essas oscilações, a guerra não afeta. Só que a Petrobras tomou a decisão, lá atrás, de precificar (seu QAV) como se fosse importado -argumenta. -Pedimos que, como efeitos colaterais (de um reajuste) tendem a ser severos e considerando que essa guerra não deve se alongar muito, que a companhia tenha cuidado, que não faça simplesmente o repasse de preço.

O reajuste do preço do combustível de aviação vendido às distribuidoras pela Petrobras é feito no dia 1º de cada mês, com base em uma fórmula

estabelecida em contrato. E, por isso, não é possível antecipar a variação que virá a partir de abril, diz a empresa: "Considerando que as relações contratuais são regidas por sigilo comercial e que o cenário atual é de extrema volatilidade, tendo o preço do petróleo apresentado altas e baixas expressivas nos últimos dias, não é permitido, tampouco possível, antecipar valores futuros".

O preço médio neste mês de março é de R\$ 3,58 por litro, após reajuste de 9,4% sobre o praticado em fevereiro. No ano, a alta é de 8,8%. Antes da pandemia, o litro do QAV estava precificado em R\$ 2,36, em fevereiro de 2020. Depois um tombo, alcançou o pico de R\$5,80/litro em julho de 2022. De lá para cá, o movimento, no geral, é de recuo. "No acumulado desde dezembro de 2022, a Petrobras reduziu os preços do QAV em 29,5%, um decréscimo de R\$ 1,50/litro. Considerando a inflação do período, essa redução foi de 38,6%", destacou a estatal.

Na prática, a avaliação é que se vier um salto preço do QAV, a aviação brasileira terá mais um "voo de galinha".

-É um cenário ruim porque há uma demanda querendo crescer e um choque de custos exógeno. É o nosso velho dilema do voo de galinha: a gente vai crescer, mas vem alguma coisa que emperra esse crescimento - conta Oliveira, do ITA.

A aviação é um setor de ciclos longos. O recorde de passageiros aéreos no Brasil anterior ao de 2025 foi em 2019, portanto antes da pandemia, quando houve freio às operações. A retomada do crescimento veio apenas a partir de abril de 2021. Ou seja, foram cinco anos de lenta recuperação, com as três grandes empresas brasileiras - Latam, Gol e Azul - tendo passado por recuperação judicial.

Ainda assim, a falta de aviões herdada do período da Covid persiste, limitando expansão acelerada de frota e de rotas. Para Oliveira, a tendência é que os aviões fiquem ainda mais cheios, limitando a concorrência, que é "o maior freio de preço" do bilhete.

#### EFEITO PIOR NO REGIONAL

Na última semana, a Gol anunciou que vai fazer do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, seu novo hub (centro de distribuição de voos) internacional. E terá três voos semanais diretos para Nova York a partir de julho, com planos de linhas para Lisboa e Paris. A expansão vem a reboque da compra de cinco aviões da Airbus, flexibilizando a frota até aqui padronizada da companhia. A Latam avança na mesma direção, mas mirando linhas mais regionais. Em setembro, anunciou a aquisição de 74 aviões da Embraer, com

24 entregas firmes e opção de compra de mais 50.

É o regional que deve sofrer mais com o impacto da disparada do petróleo, afirmam os especialistas. O segmento tem menor concorrência. É onde a Azul voa praticamente sozinha e, durante sua recuperação judicial recém-encerrada, teve de cortar frequências e destinos.

O turismo já é impactado em outras frentes, diz Ana Carolina Medeiros, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), e "vive um dia de cada vez":

- Companhias aéreas e o transporte rodoviário que trabalha com turismo estão racionando combustível, enxugando operações. E isso faz subir valores - alerta ela. -Não estamos sentindo de imediato porque já temos bilhetes caros. O passageiro já tem de se programar com muita antecedência. E deve seguir fazendo isso.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>